



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

“Ter por base a população” é um princípio nuclear da “administração segundo a lei” do Governo da RAEM. E é com base nesse princípio que o Governo tem implementado uma série de soluções, no sentido de reprimir a subida contínua da inflação. E enquanto “apreciávamos” esse princípio das LAG, reparámos que o maior problema com que a população se depara é a habitação, e uma vez resolvido esse problema, todos os outros serão relativamente mais fáceis de resolver. Assim sendo, entendemos que o Governo deve acelerar o ritmo de construção da habitação pública, deve aproveitar, ao máximo, os recursos, e sob o pressuposto da proibição da compra e venda das habitações económicas no mercado privado, deve fixar o preço dessas fracções entre as 200 e 300 mil Patacas, ou seja, um valor inferior ao respectivo custo de construção, com vista a serem vendidas aos residentes que reúnam determinados requisitos.

Já apresentámos várias vezes estas sugestões em diversas ocasiões. A Proposta de Lei intitulada “Regime de Construção e Venda de Habitação Económica” está neste momento a ser apreciada em sede de Comissão, portanto, não pretendemos aqui discuti-la em pormenor. Só que, desde que o Governo avançou com a Participação Pecuniária em 2008, uma medida com a qual gasta, anualmente, entre milhares de milhões a dezenas de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

milhares de milhões de Patacas, com vista a aliviar as dificuldades dos residentes, que o feedback da população tem sido muito negativo, pois o problema mais importante é a habitação, que tem causado grande desconforto social. Quanto à política de habitação pública, assumindo uma perspectiva macro e tendo ainda em conta os princípios “ter por base a população” e a “continuidade da melhoria da qualidade de vida da população”, este último assumido pelo Governo no Relatório das LAG para o corrente ano, gostaríamos de interpelar sobre o seguinte:

1. Desde 2008, ano em que o Governo anunciou pela primeira vez a comparticipação pecuniária, foi atribuído, no espaço de quatro anos, um montante total de 13,05 mil milhões de Patacas. Este ano, em Abril, foram activadas medidas para ajudar a população a fazer face à inflação, totalizando 8 mil milhões de Patacas, montante este que acrescido de 4,04 mil milhões de Patacas, correspondentes a duas distribuições da comparticipação pecuniária, ultrapassa os 12 mil milhões de Patacas. No entanto, apenas podemos afirmar que a reacção da sociedade foi “normal”, e que até surgiram críticas em relação tanto às cinco distribuições da comparticipação pecuniária, como a uma série de medidas de curto prazo, devido, essencialmente, à falta de visão prospectiva bem como de planeamento sistemático e a longo prazo. Ao mesmo tempo, o Governo foi marcando passo na resolução dos problemas de habitação que afligem a população. A reacção dos serviços competentes é lenta em relação a esta matéria, que é das mais importantes para a vida da população e que afecta a estabilidade e harmonia sociais. Porquê? O Governo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

tem alguma filosofia concreta para desenvolvimento da política de habitação pública? Ou será que actua sem planear?

2. Realizou-se há dias o acto público de abertura de propostas para a empreitada de construção de habitações públicas, 466 fracções T1 a T3, no Seac Pai Van, zona 2 do lote CN3. Os custos apresentados pelas 18 empresas concorrentes variam entre 180 e 230 milhões de Patacas. O custo médio por fracção varia entre as 390 e 500 mil Patacas, assim, efectuando uma estimativa média, cada fracção vai custar 400 mil Patacas. Assim sendo, o custo total para a construção de 19 mil fracções vai ascender a cerca de 8 mil milhões de Patacas. O saldo financeiro acumulado atinge os 140 mil milhões de Patacas, e o apoio financeiro dispensado aos residentes para fazer face à inflação foi de 8 mil milhões de Patacas, e a atribuição anual da comparticipação pecuniária atingiu as dezenas de milhões de Patacas. Acredita-se que a resolução da questão mais importante para os residentes, que é a habitação, será a melhor política. Em prol do bem-estar da população e da sociedade, pode então alterar-se o capítulo 36 da obra “Flowers in the Mirror” de Li Ruzhen, da Dinastia Qing, para o seguinte: “Macau depara-se há muito tempo com falta de habitações públicas, facto que tem vindo a prejudicar gravemente os residentes; sabe-se agora que o Governo vai construir mais habitações públicas, facto que mereceu o apoio de estudantes, empresários, etc.; as habitações vão ser vendidas a preço baixo, isto é, a preço de custo. Então, porque é que essa construção não se concretiza?” Porque é que o Governo não avança rapidamente com aquela construção?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. No passado mês de Janeiro, o Chefe do Executivo liderou uma comitiva da RAEM numa visita a Singapura, para tomar conhecimento da experiência daquela Cidade-Estado ao nível da política de habitação. Depois de ter tomado conhecimento das diversas políticas de habitação pública, nomeadamente os modelos de habitação económica de Singapura, Hong Kong e Huai An, em Jiang Su, e a política de arrendamento de habitações públicas em Zhong Qing, qual vai ser a política de habitação pública que Macau vai adoptar para os próximos 5, 10 ou mais anos?

4 de Maio de 2011.

Os Deputados à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, Ung Choi Kun e Chan Meng Kam.